

CONTRATO DE RATEIO

PRIMEIRO INSTRUMENTO DE RATEIO

TERMO DE CONTRATO DE RATEIO QUE CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL, COMO CONTRATANTE E, DO OUTRO LADO, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - CISBRA, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA REGULAR AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ENTES CONSORCIADOS PARA ATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PERANTE O CONSÓRCIO, DE ACORDO COM O PROTOCOLO DE INTENÇÕES RATIFICADO POR LEI.

Pelo presente instrumento a **CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DO SUL**, inscrita no CNPJ nº 52.846.144/0001-67, localizada à Av. João Girardelli, Centro, 500 – SP, CEP: 13.820-000, neste ato representada por seu Prefeito, Senhor **EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA CUNHA**, portador da cédula de identidade nº 41.045.314, inscrito no CPF/MF nº 313.441.098-29, residente e domiciliado na Rua São Paulo, 17, Estância Girardelli, Monte Alegre do Sul/SP, Estado de São Paulo, ora denominada **CONTRATANTE**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - CISBRA**, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ nº. 14.009.006/0001-34, com sede provisória na Rua Barão Cintra, 40, Bairro São Judas, na cidade de Amparo, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito de Monte Alegre do Sul, Sr. **EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA CUNHA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 41.045.314 e do CPF/MF nº 313.441.098-29, com endereço na Rua São Paulo, 17, Estância Girardelli, Monte Alegre do Sul/SP, ora denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o **CONTRATO DE RATEIO** conforme as cláusulas e dispositivos abaixo especificados.

DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

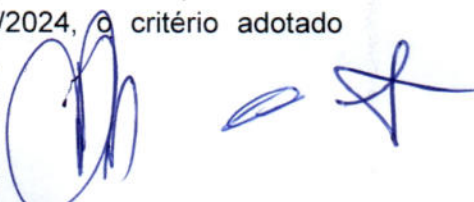
CLÁUSULA PRIMEIRA - Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº. 11.107/05 e do Decreto 6.017/07. Este contrato é regido, ainda, pelo Protocolo de Intenções de Consórcio Público aprovado pelo Município ora Contratante pela Resolução CISBRA nº 01/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 75, inciso XI, da Lei nº. 14.133/21.

DO OBJETO

CLÁUSULA TERCEIRA – Constitui objeto do presente contrato o fornecimento, pelo ente consorciado, de recursos financeiros ao CISBRA.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para repartição (rateio) dos custos (conforme a planilha de cálculos aprovada em Assembleia dia 23/07/2024, o critério adotado



observou os princípios da transparência, objetividade e equidade (neste caso o rateio foi calculado proporcionalmente à quantidade de habitantes de cada ente consorciado).

DO RATEIO

CLÁUSULA QUARTA - Para a execução do objeto do CISBRA, conforme disposto no Contrato de Consórcio Público, o Município de Monte Alegre do Sul repassará mensalmente, em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas, ao CISBRA, a importância de R\$ 6.164,49 (seis mil cento e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), ou o valor total de R\$ 73.973,92 (setenta e três mil novecentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos) em parcela única no primeiro mês do exercício.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento a vista deverá ser realizado até dia 31 de janeiro de 2025 ou, em caso de parcelamento, até o dia 10 de cada mês, sendo a primeira parcela devida a partir do mês de janeiro de 2025. As parcelas deverão ser pagas via boleto bancário, transferidas ou depositadas para o Banco Caixa Econômica Federal, Agência 1176, Conta Corrente nº 71006-7, a critério do ente. Caso a opção seja por boleto bancário, o município deverá informar que deseja essa modalidade e para qual e-mail deve ser remetida a cobrança.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CISBRA utilizará os valores repassados para fins de custeio de despesas com pessoal, telefone, internet, viagens, materiais de escritório, materiais de limpeza e higiene, materiais de informática, refeitório, copa e cozinha, publicações, documento veículo, seguro veículo, tarifas bancárias, pequenas despesas, água, luz, IPTU, dentre outras aprovadas pelo Presidente, quando competente para tal, observadas as disposições do contrato de consórcio público e as deliberações da Assembleia Geral.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA QUINTA - As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes rubricas orçamentárias, observada a Lei Orçamentária Anual, conforme se segue:

Conta..... =	113	Crédito Orçamentário
Órgão..... =	02	Poder Executivo
Unidade Orçamentária.. =	02.10	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade Executora..... =	02.10.03	Meio Ambiente
Funcional..... =	175120011	Saneamento
Projeto/Atividade..... =	2023000	CISBRA
Natureza da Despesa..... =	337139000000	Outros Serviços de Terceiros – PJ
-Tran		
Fonte de Recursos..... =	1	Tesouro



CLÁUSULA SEXTA - Será excluído do consórcio público o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio, sem prejuízo de responder pela improbidade administrativa.

DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

CLÁUSULA SÉTIMA - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da legislação vigente o CISBRA deverá fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas da Contratante todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA OITAVA - No caso de inadimplência o consorciado será notificado para que regularize a sua situação perante o Consórcio.

CLÁUSULA NONA - Uma vez notificado da inadimplência, e não regularizada a situação no prazo de 30 dias, suspender-se-ão os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o ente consorciado será excluído do Consórcio mediante deliberação da Assembleia Geral, conforme art. 67, I, do Estatuto do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A exclusão prevista na cláusula décima não exime o participante do pagamento de débitos referentes ao período em que permaneceu inadimplente.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente contrato de rateio terá vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - É de responsabilidade da **CONTRATANTE**:

- a) Dispor dos recursos orçamentários necessários para o cumprimento das obrigações assumidas neste termo;
- b) Efetuar o pagamento no prazo ajustado;
- c) Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros repassados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - É de responsabilidade do **CONTRATADO**:



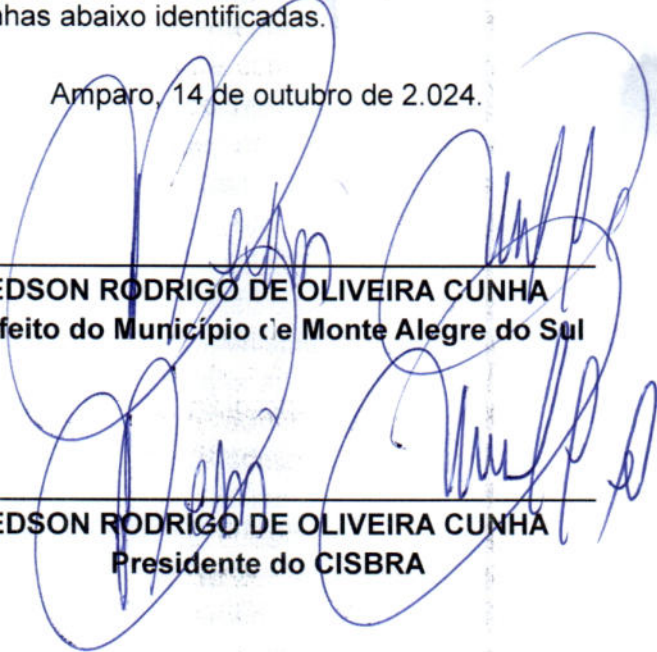
- a) Aplicar os recursos financeiros transferidos pelo Contratante no planejamento, gestão, fiscalização e regulamentação dos serviços de saneamento básico da região do Circuito das Águas;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, e fiscais decorrentes das ações descritas na alínea a;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a vigência do presente contrato, as prestações de contas da aplicação dos recursos repassados pelo Contratante;
- d) A execução das receitas e despesas do consórcio de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis às entidades públicas – Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal), e com as demais normas pertinentes à matéria editadas pela Secretaria de Tesouro Nacional;
- e) Fornecer ao Contratante as informações necessárias de todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.

DO FORO

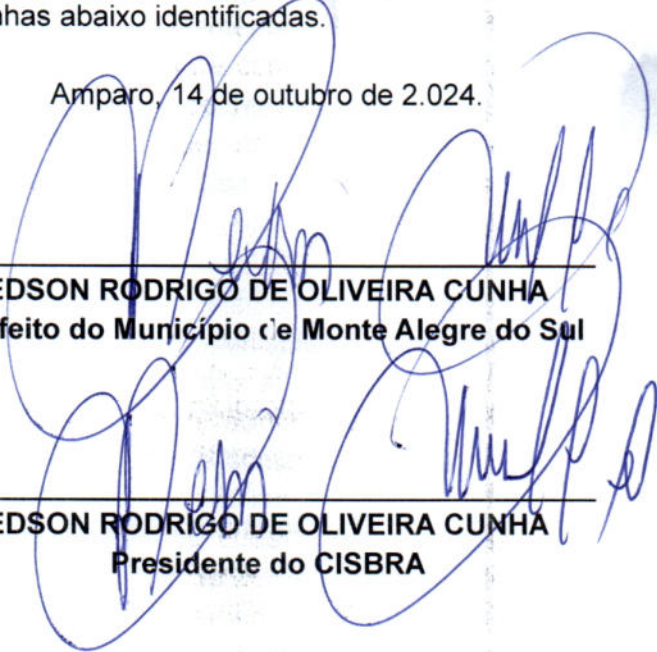
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – As partes elegem o foro da Comarca de Amparo/SP, para dirimir qualquer conflito oriundo deste contrato, excluindo qualquer outro foro por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual forma e teor, rubricadas nas três primeiras e assinada na última, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Amparo, 14 de outubro de 2.024.

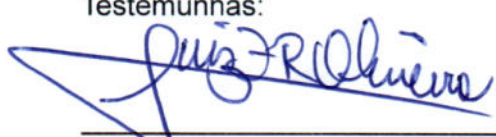


EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA CUNHA
Prefeito do Município de Monte Alegre do Sul




EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA CUNHA
Presidente do CISBRA

Testemunhas:



LUIZ FERNANDO R. DE OLIVEIRA
RG: 26.166.469-4



ELTON MOREIRA
RG: 45.553.318-0